

GÊNERO E CONTABILIDADE DECOLONIAL: REFLEXÕES E PROPOSTAS PARA A DECOLONIZAÇÃO

Emilly Thaissa Fontel Silva
Universidade Rural da Amazônia (UFRA)
emillyfontel@gmail.com

Lucas da Costa Souza
Universidade Rural da Amazônia (UFRA)
lucascsouza32@gmail.com

Ana Paula Santos de Sousa
Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), campus Capanema
anapaulasousa.eng@gmail.com

Dr. Eleci Teresinha Dias da Silva
Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)
eleci.silva@ufra.edu.br

RESUMO

O estudo investiga os desafios de decolonizar o gênero na contabilidade, com foco nos impactos do colonialismo, imperialismo e neocolonialismo sobre a inserção das mulheres na profissão contábil. Através de uma análise bibliográfica, o estudo identifica a resistência da comunidade contábil tradicional à mudança e os obstáculos históricos enfrentados pelas mulheres. Explora a participação feminina no mercado de trabalho, teorias de gênero na contabilidade e abordagens decoloniais, propondo a revisão dos fundamentos contábeis, a promoção da diversidade e inclusão, a desconstrução de hierarquias coloniais e a revisão dos currículos educacionais. Reconhecendo os limites da análise bibliográfica, o estudo sugere novas abordagens para aprofundar a interseção entre gênero e contabilidade decolonial. Enfatiza a necessidade urgente de transformar as práticas contábeis para torná-las mais inclusivas e equitativas, promovendo justiça social e igualdade de gênero.

Palavras-chave: Participação Feminina; Decolonialidade; Estruturas Organizacionais; Colonização; Profissionais Contábeis.

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS): ODS 05 – igualdade de gênero

1. INTRODUÇÃO

Ao passar dos anos, é possível constatar o aumento no número das produções científicas destinadas à Contabilidade, às quais estão expostas nos canais de comunicação da comunidade acadêmica (Luca *et al.*, 2011). Mas apesar deste avanço, poucas dessas contribuições estão relacionadas à participação feminina na contabilidade. Isso porque, há pouco interesse em explorar este assunto por parte da literatura contábil convencional (Kirkham, 1997) (Haynes, 2008) (Loft, 1992). Algo que torna o cenário contábil mais masculinizado e possivelmente mais complexo para a inserção das mulheres (Nganga, 2019).

Após a criação do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e dos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs), em 1946, pelo Decreto-Lei n.º 9.295, de 27 de maio, a participação das mulheres na Contabilidade começou a aumentar no Brasil (Souza *et al.*, 2021). Visto que, foi constatado por Feliciano (2018), que durante o ano de 1950, as mulheres representavam apenas 1,3% do mercado de trabalho contábil brasileiro, algo que foi se modificando durante os anos, e em 2023, essa representatividade aumentou para 43,56% (CFC, 2023).

Devido a isso, muitas mulheres passaram a estar mais presentes nos escritórios contábeis, alcançaram cargos no setor público e até mesmo constituíram suas próprias empresas. Além disso, a participação de mulheres nos programas de mestrado, doutorado e pós-graduação passaram a ser mais recorrentes (Kobayashi, 2023) (Nova, 2012).

Contudo, a quantidade de mulheres que se mantém na vida acadêmica ainda é menor comparada a quantidade de homens (Nova 2022). Isso porque, para o público feminino se desenvolver profissionalmente, muitas vezes, há conflitos na manutenção da vida pessoal. Pois, é preciso dedicar mais tempo para as atividades acadêmicas, e no caso das mulheres, há um excesso de responsabilidades que são impostas a elas dentro de casa. Este fenômeno contribui para que poucas atinjam cargos de liderança, por eles exigirem uma formação acadêmica cada vez mais completa (Vaz, 2013).

Por isso, por muito tempo se discute a importância da mulher estar inserida no mercado de trabalho. Assim como, há diversas pesquisas tradicionais que apontam as

dificuldades femininas para obter igualdade de gênero, igualdade salarial, luta contra o sexismo e assédios no ambiente de trabalho. As quais revelam preconceitos enraizados, mostram as visões discriminatórias sofridas pelo o público feminino. Dessa forma, o feminismo construiu uma história de lutas e mudanças, durante todos esses anos, ao defender a emancipação feminina, desafiar hierarquias e celebrar multiplicidades (Lehman, 2012).

De acordo com Meyerson & Fletcher (2000), os desafios enfrentados pelas mulheres estão relacionados com a estrutura das organizações. Assim como, também estão relacionados com a contabilidade. Já que, para Sauerbronn, Ayres, Lourenço (2017) “a contabilidade tem a característica de envolver as relações entre administradores de entidades, usuários de informações e os profissionais de contabilidade exibindo resultados que escondem diferenças culturais, estruturas de poder e influências no processo de gerenciamento.”

Ou seja, a contabilidade através de seus relatórios contábeis influencia no processo de tomada de decisão, seja em expandir ou contratar, fornecer ou terceirizar, comprar ou vender e entre outros. Desse modo, a contabilidade tem valor significativo na vida daqueles que estão relacionados com ela, e principalmente, daqueles que estão em desvantagens na sociedade por conta da estrutura social, gênero ou cultura (Haynes, 2017).

Além disso, a educação de gestão e contabilidade também contribui para a normalização dessas desigualdades, já que, elas promovem a padronização de conceitos e ferramentas que são disseminados por currículos imperiais supostamente criados para que todos usufruam dos benefícios gerados pela globalização econômica (Chiapello, 2017).

Dessa forma, é importante que a comunidade contábil investigue além do convencional e busque novas formas de pesquisa que criem ideias inovadoras para as questões de gênero na profissão contábil. Isso porque, de acordo Lehman (2012), a contabilidade comportamental, a contabilidade ambiental e a contabilidade forense utilizam inovações de pesquisa em disciplinas variadas: economia, finanças e sociologia.

Então porque não há uma ampla discussão em busca de soluções reais que diminuam as dificuldades enfrentadas pelo público feminino na contabilidade?

Por isso, este estudo tem o intuito de explorar a interseção entre gênero e contabilidade decolonial, analisando os desafios enfrentados e as oportunidades emergentes nesse campo. A pesquisa buscará compreender como as perspectivas de gênero podem ser integradas de maneira mais eficaz na prática contábil, considerando a necessidade de descolonizar as abordagens tradicionais. Além disso, o artigo discutirá como a contabilidade decolonial pode contribuir para a equidade de gênero no contexto profissional contábil.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Participação da mulher no mercado de trabalho

As mulheres ingressaram de forma significativa no mercado de trabalho só a partir da I e II guerra mundial, antes disso eram apenas destinados a elas trabalhos domésticos (Perdono e Souza, 2021). Isso porque, nessa época havia a grande necessidade de mão de obra operária, para substituir temporariamente os homens que estavam participando das guerras (Boniatti, et al., 2014). Entretanto, as funções que elas exerciam eram apenas de caráter operacional e não possuíam direitos sociais e políticos que regulamentassem a carga horária de trabalho, salários e de outros direitos básicos.

Durante o processo de industrialização, as mulheres passaram a receber notoriedade dentro da economia, pois também eram vistas como contribuintes de consumo (Canezin, 2004). Algo que iniciou o processo de reestruturação familiar. Mas apesar disso, não houve mudanças na ideia patriarcal de que para a sociedade as mulheres ainda eram responsáveis apenas em cuidar do lar, dos filhos e do marido.

De acordo com o Socialista alemão Friedrich Engels (1820-1895), durante a industrialização, as lutas por direitos e salários melhores para os trabalhadores, começaram a partir da consolidação do sistema capitalista, durante o século XIX. Isso porque, a classe proletária possuía condições de trabalhos ruins para ambos os gêneros.

Dessa forma, movimentos sociais e rebeliões começaram a ser desenvolvidas para que houvesse a regulamentação desses direitos.

A partir de então, o feminismo e a luta pela valorização das mulheres ganharam espaço dentro das discussões sociais. Ao final do século XIX, o surgimento do movimento feminista iniciou através de mulheres brancas e de classe média que viviam na Europa, as quais reivindicavam direito ao voto, igualdade salarial, participação ativa na política e economia, direito à educação e outros direitos básicos à propriedade e ao divórcio. O qual é constantemente criticado atualmente, devido ao fato de que os objetivos finais só foram aceitos pelo patriarcado porque eram agradáveis ao capitalismo (Françoise Vergès, 2020).

Durante o século XX, as mulheres passaram a mostrar mais interesse na vida acadêmica. Com isso, passaram a disputar cargos de trabalho que exigiam maior grau de escolaridade, assim como, se mostravam frequente no setor público. Apesar disso, ainda é possível perceber o favoritismo masculino, dentro das organizações, mesmo que as mulheres sejam capazes de exercer as mesmas funções de trabalho que o homem. O que contribui para um alto índice de mulheres desempregadas.

Com o processo de globalização, esperava-se que essas desigualdades e discriminações seriam esquecidas no mundo moderno, que a participação feminina se igualaria e que os estereótipos seriam eliminados. No entanto isso não ocorreu, e este fenômeno é chamado de teto de vidro, o qual refere-se às barreiras enfrentadas por mulheres para a ascensão das suas carreiras dentro das organizações. Essas dificuldades invisíveis são de cunho cultural e não individuais, logo, estão relacionadas exclusivamente ao gênero, e não às suas qualificações ou competências pessoais (Steil, 1997).

Para Vaz (2013), este fenômeno faz com que as mulheres demorem mais tempo para crescer profissionalmente, algo que resulta na falta de representação deste grupo dentro dos cargos de comando das organizações e, conseqüentemente, nos altos estágios do poder, do prestígio e das remunerações. Além disso, autores como Meyerson & Fletcher (2000), Cappelle et. al. (2002) e Carneiro (2018), enumeram que este aspecto vai além do teto, mas possuem paredes e vigas, provenientes da estrutura organizacional das

empresas. Por isso, este fenômeno do teto de vidro se amplia na mesma proporção em que se aumenta a relação de poder, o qual é utilizado também como forma de opressão de gênero.

Além disso, é perceptível a mazela social herdada por falta de apoio à formação profissional das mulheres no Brasil, principalmente, ao observar que elas ainda são destinadas a funções domésticas, tanto em casa quanto no mercado de trabalho, quando não alcançam formação técnica. Isso porque, trabalhos operacionais de organização que não exigem tomada de decisão foram sempre descritos como serviços femininos no Brasil. Por isso, é possível observar que a grande parte da mão de obra trabalhadora desses serviços se constitui de mulheres negras ou de periferias (Aguilar & Siqueira, 2007).

Essa concepção se tornou aceitável na sociedade por ser um fato comum do cotidiano que é proveniente da cultura discriminatória da colonização europeia, a qual se enraizou nas atuais estruturas organizacionais. Isso porque, na época da colonização, os colonos europeus obrigavam os escravos afrodescendentes e indígenas, a exercerem serviços braçais para os homens e domésticos para as mulheres, com a justificativa racista de que essas pessoas eram inferiores por não possuírem a mesma raça e etnia dos europeus. Dessa forma, se naturalizou dentro do capitalismo que trabalhos desse cunho não merecem receber méritos e nem devem ser vistos com prestígio na sociedade (Françoise Vergès, 2020).

Por isso, em seu livro “Feminismo Decolonial”, Françoise Verges (2020) afirma que quase não se fala sobre a vida de mulheres que trabalham em função da manutenção das cidades. Além disso, a autora descreve que elas são vítimas da racionalização das organizações e da divisão de classes, pois, elas acordam bem cedo todos os dias, deixam seus filhos em casa, para enfrentar uma longa rotina de trabalho, onde recompensam seus esforços com a mínima remuneração possível.

A autora ainda enumera que para essas mulheres está destinado trabalhar “invisivelmente” servindo café em uma reunião, arrumando as camas de outras famílias, cozinhando as refeições de outras pessoas, e lavando as roupas ou limpando os banheiros de pessoas estranhas. Esse fato é fruto de um sistema autocrático que estipula a divisão

de classe, gênero e raça, através da manutenção da exploração de mão de obra barata maquiada pela “prestação de serviços”.

Por fim, Françoise Verges (2020) detona a negligência social que essas mulheres sofrem, principalmente, por serem coagidas para atuar como base do funcionamento da vida das cidades. Dessa forma, a autora constrói uma dura crítica ao feminismo tradicional, o qual apenas tenta equilibrar a desigualdade de gênero com ideais aceitas pela elite capitalista, pois, as suas ações não causam impactos suficientes que contribuam no enfrentamento dos males do capitalismo que são produtos da cultura de colonização europeia.

Portanto, é possível compreender que a participação da mulher no mercado de trabalho está em envolvida em constantes lutas sociais, sejam elas de aceitação intelectual e profissional ou de enfrentamento contra seu “destino social” pré-estabelecido pelo patriarcado. Por isso, trata-se de um objeto de estudo essencial para entender a desigualdade de gênero sofrida pelas mulheres durante o processo de formação profissional.

2.2 Teorias de gênero na contabilidade

A Contabilidade tem um papel muito importante nas organizações, pois, ela atua na geração de informações úteis, usadas durante as atividades gerenciais como um instrumento de auxílio no processo de decisão, o qual visa melhorar a qualidade das operações e decidir as ações corretas para a empresa (Passos, 2010) e (Marcelino e Suzart, 2009). Por isso, deve-se considerar que ela exerce grande impacto nas relações sociais, já que, ela se relaciona diretamente com o desenvolvimento socioeconômico da humanidade (Martins, 2015) (Hopwood, 1987). Como por exemplo, se a empresa irá expandir ou contratar, fornecer ou terceirizar e se vai comprar ou vender. Dessa forma, ela tem responsabilidades sociais que devem proporcionar o bem-estar da sociedade, que de acordo com Merlo e Pertuzatti (2005), deve ser através da inclusão social e o reconhecimento de problemas socioculturais e econômicos.

Por isso, os autores Broadbent e Kirkham (2008), Walker (2008), Haynes (2008) e Lehman (2012) lamentam a falta de maiores avanços na investigação da contabilidade de gênero durante anos. Embora reconheça o trabalho persistente de expansão que foi realizado pelo movimento feminista, o autor Walker (2008, p. 582), afirma que enquanto há vitórias substanciais nas investigações dos projetos de historiadoras feministas e de historiadoras de gênero, pouco se vê esses avanços também na história da contabilidade. O mesmo autor também sugere, que temas que podem ser relacionados com a contabilidade como “a opressão e a subordinação das mulheres e a relação da divisão público-privada com as relações socioculturais e a construção de identidades”, deveriam ser mais exploradas.

O gênero é uma forma de classificação social imposta sobre um corpo sexuado, logo, é o elemento formador das relações sociais que se origina da divergência entre os sexos, além disso, ele também atua nas relações de poder e se constitui como fator chave da desigualdade, devido a banalização de ideais que ditam as relações entre homens e mulheres e que estão enraizadas nas estruturas organizacionais, as quais implicitamente utilizam essas ideais para o controle e opressão das mulheres (Scott, 1995). Dentro da contabilidade a representação feminina diminui ao passo que se aumenta o nível hierárquico organizacional (Welsh, 1992). Dessa forma, depreende-se que na profissão contábil o público feminino também encontra barreiras para alcançar os cargos de lideranças.

O autor de “Contabilidade e Gênero: uma introdução”, Hopwood (1987), explica que a Contabilidade dentro de um contexto social não tem apenas um aspecto técnico, mas está ligada mutuamente com a sociedade, podendo tanto ser influenciada como também deve servir como objeto de interação social e organizacional. Desse modo, ela também deve ter valores e preocupações sociais. Além disso, Burrell (1987) contextua que a ausência de sexualidade na contabilidade começou desde seu nascimento, e coloca em pauta a dessexualização como uma expressão para a repressão de interesses na sexualidade dos membros da Contabilidade. Ainda que a sexualidade seja um fator importante para a regência da relação entre homens e mulheres, o interesse por reprimir

esta pauta está atrelado a de manutenção da ordem e disciplina dos profissionais contábeis (Zabotti, 2017).

Segundo Loft (1992), na profissão contábil, inicialmente, só podia haver o ingresso de homens e para as mulheres havia apenas a função de secretárias e escriturárias. Assim como, elas também não eram autorizadas a participar do Instituto de Contadores da Inglaterra e País de Gales (ICAEW) (Zabotti, 2017). Ainda em uma análise internacional, as mulheres só tiveram seu ingresso significativo na Contabilidade em meados de 1970, sendo isso, um marco para a revolução de gênero na profissão contábil (Kirkham, 1997) (Haynes, 1992) (Lehman, 1992) (Loft, 1992) (Ciancanelli et al, 1990). Isso ocorreu, devido a muita pressão de organizações que lutavam pela igualdade sexual, como a Comissão de Direitos Humanos e Igualdade do Reino Unido que pressionou os países para reformular suas legislações para se tornarem antidiscriminatórias e que fossem capazes de fomentar a entrada das mulheres nas profissões que antes eram restritas apenas para homens. Mas apesar disso, muitas empresas ainda não contratavam mulheres e mesmo com a legislação em vigor, as mulheres ainda recebiam salários menores do que os homens e estavam destinadas apenas a trabalhos que eram ditos serem “de mulher”. Pois, tipicamente, o departamento contábil de uma empresa industrial da época se caracterizava com a imagem do contador homem e branco com alguns auxiliares do mesmo sexo e um grande número de funcionárias que se restringiam nos cargos de assistentes (Loft, 1992).

Isso porque, o ingresso das mulheres na profissão contábil se deu durante a Segunda Guerra mundial, onde havia a grande necessidade de mão-de-obra (Roberts & Coutts, 1992). Autores como Ciancanelli et al. (1990) afirmam que neste período houve uma revolução de gênero na contabilidade, no entanto, essa quantidade foi apenas algo simbólico para a profissão, pois, ainda havia muitas barreiras para a admissão de mulheres nos departamentos contábeis. Portanto, a admissão das mulheres na profissão não modificou a sua estrutura de gênero, onde os homens ocupavam as áreas relacionadas à contabilidade e a tomadas de decisões, enquanto para as mulheres eram destinadas às funções de assistentes ou secretárias.

Por isso, havia um número significativo do público feminino nas funções de digitação, secretaria e guarda-livros, as quais não haviam oportunidades de ascensão profissional como para os funcionários do sexo masculino (Kirkham & Loft, 1993). Com isso se institucionalizou que a função do contador era tipicamente para os homens, já que havia muitas funcionárias do sexo feminino nos níveis mais baixos da hierarquia de trabalho, logo, se tornou típico o papel de escrituária para as mulheres (Loft, 1992).

A autora Britânica Loft (1992), desempenhou um trabalho apontando as dificuldades encontradas pelas mulheres do século XX para ingressarem na profissão contábil. Ela atribuiu a divisão do trabalho como um dos fatores essenciais dessa exclusão, devido a profissão do contador da época ser inteiramente masculinizada. Dessa forma, segunda a autora foram criadas uma série de barreiras que impediam a inserção das mulheres nas organizações contábeis, sendo elas, a relutância dos clientes ou empresas em contratar uma mulher contadora, salários baixos em comparação aos homens, baixa ascensão social na profissão porque as mulheres eram excluídas das reuniões sociais dos contadores homens, preconceito quanto às escolhas pessoais das mulheres como filhos e casamento e a propagação de falas de Cunhos sexuais sobre o corpo e o comportamento feminino dentro das organizações.

Por fim, Loft (1992) cita Lowe (1987, p. 176), que afirmava que os argumentos usados para as empresas rejeitarem as mulheres em sua contabilidade eram as então “características femininas”, mas que quando houve a percepção de que elas poderiam ser incluídas como mão-de-obra barata essas mesmas características eram usadas para justificar o grande número de mulheres que realizavam trabalho básicos nos escritórios.

Além disso, Loft (1992) ainda relata em seu trabalho suas experiências profissionais durante a década de 80. Em algumas entrevistas malsucedidas ela cita que durante o processo seletivo, os responsáveis afirmaram que já haviam contratado uma mulher, ou seja, para o ingresso de mulheres já havia uma quantidade pré-estabelecida. Além dos entrevistadores questionarem sempre sobre assuntos pessoais, como: planos para casamento e filhos, e até mesmo se as entrevistadas utilizavam pílula

anticoncepcional. Outro assunto recorrente era que os clientes eram relutantes com mulheres na auditoria.

Ademais, a autora afirma que na época não conhecia nenhuma mulher contadora trabalhando nessas empresas, pois, naquele período a contabilidade era dominada por homens. E por fim, ela conclui que na época estava bem claro que havia uma divisão sexual do trabalho dentro da contabilidade, isso porque, os contabilistas homens, os clientes e até mesmo as secretárias e escriturárias mulheres, estranhavam uma mulher trabalhando na auditoria.

Da mesma forma, Lehman (1992), desenvolveu uma pesquisa que analisou 80 anos de história das mulheres na contabilidade dos Estados Unidos. Ela investigou a partir do século XIX, quais foram os obstáculos que impediam a entrada das mulheres na profissão contábil, os resultados obtidos foram separados em três níveis de discriminação, os quais, ela afirma que “a contabilidade consequentemente contribui em graus para esta opressão”, sendo o primeiro a privação econômica vivida pela mulheres, principalmente, aquelas que vivem em países subdesenvolvidos, pois, concomitantemente, não tinham o apoio devido da sociedade para ingressar em profissões que eram inteiramente constituída por homens. Diante do estudo foi exposto diversos relatos de que os profissionais contábeis da época tentaram barrar o ingresso das mulheres na contabilidade.

Além disso, a autora também destacou a hierarquia socioeconômica como outra forma de discriminação. Isso porque, um dos argumentos encontrados para negar a entrada de mulheres na contabilidade, foi que profissões com maior incidência do público feminino, eram desvalorizadas de remuneração e prestígio social. Por último, ela também destacou a ideologia de regras e práticas contidas institucionalmente como regentes das lutas de gênero, pois, esse tipo de alienação cria a ideia de que para a mulher obter sucesso ela deve ser mais parecida com um homem, através da sua forma de agir, falar e até de se vestir. Isso seria uma forma de restringir a originalidade da mulher, por medo de que o mercado de negócios se tornasse “mais feminino”.

Esse pensamento faz alusão ao que foi vivenciado pela contadora norte americana Ann Hopkins em 1989, a qual iniciou uma intensa batalha de sete anos nos tribunais dos

Estados Unidos contra a Companhia Price Waterhouse, ela alegava ter sofrido discriminação sexual por parte da empresa. Isso porque, ela havia tido melhores resultados do que os outros participantes, mas mesmo assim não foi promovida, mas aconselhada pela empresa a andar, falar e se vestir de forma mais feminina.

Esta situação também colabora para o que Roberts & Coutts (1992, p. 386), fomentam sobre as profissões estarem envolvidas em constantes lutas para elevar o seu status social e alcançar autonomia econômica, por isso, há a existência de uma série de relutâncias contra o ingresso das mulheres na contabilidade, uma vez que, no processo de profissionalização da contabilidade, que ocorreu depois da segunda guerra mundial, havia a necessidade de afastar qualquer ameaça ao seu status quo.

No Brasil, o desenvolvimento industrial ocorreu a partir da década de 1930, com a regulamentação dos mercados de capitais ocorridos em 1950, houve um aumento de interesse nas áreas de administração. Este período foi de expansão do ensino superior no Brasil. Logo, a contabilidade passa a ser vista com mais evidência dentro do contexto empresarial, com o intuito de gerir na tomada de decisões, através das suas escrituras contábeis (Silva, 2016).

Após a criação do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e dos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs), em 1946, pelo Decreto-Lei n.º 9.295, de 27 de maio, que houve a participação de mulheres na Contabilidade (Souza et al., 2021). Visto que, foi constatado por Feliciano (2018), que durante o ano de 1950, as mulheres representavam apenas 1,3% do mercado de trabalho contábil brasileiro.

Dessa forma, durante este período havia uma grande necessidade de ampliar quantitativamente o ingresso ao ensino superior em Contabilidade, mas havia pouca preocupação com a qualidade de ensino prestado (Silva, 2016). Isso porque, havia poucos mestres e doutores atuantes no Brasil. Com isso, o primeiro programa de pós-graduação em contabilidade e controladoria, no Brasil, foi oferecido na Universidade de São Paulo em 1970, com seu primeiro curso de mestrado.

Dessa forma, Casa Nova (2014) pesquisou a trajetória das mulheres dentro do programa em questão, a qual, analisou que a primeira mulher a participar do programa só

entrou 2 anos depois da primeira turma, em 1973, e consequentemente foi a primeira mulher mestre em contabilidade do Brasil, e em 1987 obteve o seu doutorado. Além disso, apenas 7 mulheres ingressaram no programa até 1980 em oposição a 145 homens, sendo apenas 2 destas não concluintes. Por fim, a autora evidencia que apenas em 2012, o número de mulheres foi superior ao de homens em 24 contra 22, respectivamente.

Esses números exemplificam a baixa frequência de mulheres nas pesquisas científicas contábeis no Brasil durante as 50 últimas décadas (Luca et al. 2011). Dessa forma, Soares (2001) fomenta a essas baixas porcentagens de mulheres nos maiores níveis acadêmicos é um problema mundial, que colabora para o desperdício de recursos humanos qualificados que devem contribuir com soluções científicas abordando diferentes pontos de vista. A autora ainda exemplifica algumas dificuldades sofridas por mulheres acadêmicas, como: a dificuldade em conciliar as demandas da própria profissão e aquelas da profissão do parceiro; b) a sobrecarga devido ao acúmulo das tradicionais funções do lar e da profissão acadêmica; c) o reduzido número de mulheres em cargos de decisão; e d) o escasso reconhecimento dentro da própria comunidade científica.

De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), no final do ano de 2023, havia um total de 230.666 mulheres registradas como contadoras e técnicas em contabilidade, ao todo este valor corresponde a 43,56% do total geral de profissionais da contabilidade no Brasil. No entanto, esses números não colaboram para demonstrar quais os níveis hierárquicos elas estão inseridas e nem o percentual de contribuição delas nas tomadas de decisões das organizações. Por isso, trata-se de um dado apenas quantitativo, já que, não explora o nível de relevância das mulheres profissionais contábeis dentro do Brasil.

Também é importante citar, que a primeira mulher eleita presidente do CFC foi em 2006, a contadora alagoana Maria Clara Cavalcante Bugarim quebrou um tabu de 60 anos e se tornou símbolo de uma liderança feminina na contabilidade dentro do país. Em entrevista ao Jornal do CFC da época, Maria Clara declarou que a luta pela justiça social ainda continua e que ser presidente do CFC Brasil é apenas “a ponta do iceberg” para que

as contadoras brasileiras possam assumir cargos de maiores níveis hierárquicos. (Benevides, 2019) (Santos, 2006).

Outra importante conquista ocorreu em fevereiro de 2019, quando o CFC começou a utilizar a designação “contadora” nas novas carteiras de identidade profissional, que antes apesar do gênero trazia apenas a designação “contador”. Sendo a primeira contadora brasileira a ter a nova carteira foi Marcia Ruiz Alcazar, que na época era presidente do CRCSP (Benevides, 2019).

2.3 Abordagens decoloniais na pesquisa contábil

No cenário de pesquisas brasileiras, principalmente na contabilidade, há poucos estudos destinados a investigar o Decolonialismo, o qual, implica no reconhecimento dos conceitos de colonialismo, imperialismo, neocolonialismo, e como eles estão inseridos na história (Sauerbronn; Ayres; Lourenço, 2017). O colonialismo é uma forma prática resultante da ideologia do imperialismo, a qual legitima que haja um controle econômico e militar de uma nação sobre a outra. Assim como, o imperialismo é tratado como uma expansão do comércio através do controle político e militar (McLeod, 2000).

Já o neocolonialismo vem dos processos de descolonização que buscavam a independência das colônias, as quais sustentavam estes processos através das lutas dos diferentes povos com o apoio de países euro americanos, que surgem com interesses pautados na ampliação econômica e geopolítica, principalmente, para tirar a Europa do centro do poder depois das guerras (Sauerbronn; Ayres; Lourenço, 2017).

O avanço do neocolonialismo é pautado em estabelecer domínio sobre os territórios estratégicos para garantir o fornecimento de matéria-prima, mercado consumidor e mão-de-obra barata. O neocolonialismo, iniciou nos séculos XIX e XX, logo, sofreu forte influência do capitalismo financeiro e monopolista com a formação das potências econômicas como os Estados Unidos, Japão e países da Europa. Além disso, o neocolonialismo utiliza a mesma justificativa do imperialismo, a qual afirma que ambos exploram e dominam através de uma missão civilizatória, onde há a suposição de que as

civilizações colonizadoras são superiores às colonizadas por serem consideradas desprovidas de civilidade (Linhares, 2008).

A contabilidade também foi influenciada pelo neocolonialismo, através da uniformidade dos padrões globais contábeis, já que ela se estruturou através do capitalismo de mercado de capitais, mesmo havendo distinções entre as características políticas e econômicas de cada país. A partir disso, é possível perceber uma forma de dominação dentro da contabilidade pelos países do Norte Global que forçam uma adoção de uma contabilidade única, a fim de bloquear novas formas que se adequem e melhorem os contextos específicos dos países subdesenvolvidos que vivem sob ameaça constante de embargos econômicos e restrições ao crédito (Walker, 2010).

Outra forma de análise, é que o colonialismo impõe a doutrina religiosa do catolicismo dentro das colônias, com isso, ele configurou regras de condutas e crenças, onde os indígenas e os povos de origem africana deviam se converter à religião dos colonizadores. Essa era uma das ações de dominação sob os povos originários que abdicaram de sua cultura ancestral para se tornarem “civilizados” dentro da colônia (Negrão, 2008). Essas doutrinas religiosas também foram utilizadas pelo neocolonialismo, mas, com um viés conservador atrelado a um discurso político e social (Mbembe, 2014).

Esse conservadorismo cristão atrapalha diretamente nos avanços científicos das ciências sociais e aplicadas. No caso da contabilidade, é possível constatar que há uma rejeição em se investigar ou até mesmo em contribuir com as pesquisas de gênero. Algo evidenciado durante a pesquisa sobre gênero e contabilidade da autora Zabotti (2017), a qual durante a aplicação do questionário foi assediada através de mensagens de outros contadores que foram vistas por Zabotti “como uma forma de repreensão e ataque, exclusivamente, em função da temática escolhida para a pesquisa”. As mensagens pautavam-se em questionar a capacidade intelectual da autora e questionavam se era realmente importante investigar o gênero dentro de uma atividade profissional.

3. METODOLOGIA

O presente trabalho constitui-se em um estudo de revisão bibliográfica com o intuito de explorar a ligação entre gênero e contabilidade decolonial. A intenção em escolher esta abordagem para investigar os aspectos da decolonialidade em uma pesquisa de gênero, foi de conhecer o que vem sendo produzido sobre tema, assim como, analisar todas as discussões e conclusões evidenciadas nos artigos científicos referentes ao assunto. De acordo com Thiollent (2008, p. 28), esta metodologia visa analisar as características dos vários métodos disponíveis, avaliá-los de acordo com suas capacidades, potencialidades e limitações, a fim de discutir sobre os pressupostos e os aspectos de sua utilização.

3.1 Processo de Busca e Seleção:

A fim de identificar estudos relevantes que abordam a interseção entre gênero e contabilidade decolonial, foi realizada uma busca meticulosa nas bases de dados na Biblioteca Virtual do Scopus e do Google acadêmico, no período de janeiro a fevereiro de 2024, utilizando das seguintes palavras-chaves: “Gênero e contabilidade decolonial”, “Gênero e Contabilidade” e “Contabilidade Decolonial” para a busca dos artigos indexados.

Os critérios de inclusão foram definidos de forma a selecionar estudos que forneçam insights e perspectivas sobre como a contabilidade de gênero pode ser descolonizada. Dessa forma, foram incluídos artigos que oferecem análises críticas das estruturas e práticas contábeis tradicionais, bem como propostas para uma abordagem mais inclusiva e emancipatória.

3.2 Análise e Síntese:

Os artigos selecionados foram submetidos a uma análise detalhada, visando identificar padrões, lacunas e oportunidades de intervenção na contabilidade de gênero. De acordo De Sousa, Oliveira e Alves (2021), “analisar é o processo de organizar, refletir, comparar e argumentar todos os elementos do texto, distinguir quais são seus elementos

principais, o conhecimento que pode contribuir para a solução ou comprovação da pesquisa.”

Por isso, destacamos conceitos-chave, como epistemologias feministas e teorias decoloniais, que podem informar e fundamentar práticas contábeis mais igualitárias e socialmente justas. Com isso, houve a construção de uma linha de ideias que descrevia os aspectos fundamentais para a interseção do gênero e da contabilidade em uma perspectiva decolonial.

A síntese dos resultados envolveu a construção de uma narrativa coesa que descreve os desafios enfrentados pela contabilidade de gênero em contextos coloniais e propõe caminhos para sua transformação radical. Consideramos também as contribuições de diferentes correntes de pensamento, incluindo estudos pós-coloniais e críticas às hierarquias de gênero e poder. Para Lima, Soares e Bacaltchuk (2000), a importância de fazer a síntese de resultados é que ela se caracteriza pela busca dos estudos analisados, a seleção deles justificada por critérios de inclusão e exclusão e a avaliação da qualidade metodológica.

3.3 Considerações Éticas e Reflexivas:

Reconhecemos a importância de uma abordagem ética e reflexiva ao lidar com questões sensíveis de gênero e decolonialidade na contabilidade. Portanto, buscamos garantir que nossas análises sejam sensíveis às diversas experiências e perspectivas das pessoas afetadas pelas práticas contábeis hegemônicas.

4. RESULTADOS, REFLEXÕES E PROPOSTAS PARA A DECOLONIZAÇÃO

O presente estudo buscou investigar as problemáticas da relação de gênero e contabilidade por uma visão decolonial, e com isso, foi possível perceber que a maioria dos obstáculos enfrentados para o ingresso das mulheres na contabilidade, assim como sua ascensão dentro da profissão, são decorrentes de uma herança imperialista que construiu uma barreira de preconceito de gênero e desvalorização da mulher.

De acordo com Mbembe (2014), as violências enfrentadas cotidianamente pela população negra, pelas mulheres e pelas periferias não são apenas um reflexo da herança colonial, mas sim, a própria colonização ainda presente, causando uma impressão de liberdade de hábitos e vontades, que não passa de uma escravidão flexível dos corpos e mentes daqueles que não nasceram com privilégios sociais.

O Brasil, por ser um país explorado durante a colonização e ter sua organização construída por outras nações com a visão imperialista, facilitou a opressão de mulheres subalternizadas através de processos combinados de racialização, marginalização, colonização, exploração capitalista e sexualização.

Um dos principais desafios identificados para ampliar a análise na temática de gênero na contabilidade é a resistência à mudança por parte da comunidade contábil tradicional, que tende a perpetuar estruturas de poder e normas de gênero preestabelecidas. Isso ecoa as ideias de Kirkham (1997), Haynes (1992), Lehman (1992), Loft (1992) e Ciancanelli et al. (1990), que destacaram em seus estudos a resistência à transformação das práticas institucionalizadas que perpetuam desigualdades de gênero. Por isso, há uma grande necessidade de romper esse paradigma através da exploração de estudos com temáticas mais inclusivas dentro da profissão.

Este estudo enfatizou que os desafios enfrentados pelas mulheres na contabilidade são históricos, desde o ingresso na profissão até a ascensão aos cargos mais influentes. Isso é considerado por Loft (1992) ao analisar que a profissão era vista de forma masculinizada, devido à própria divisão do trabalho dentro dos departamentos contábeis. Com isso, Lehman (1992) também expõe a discriminação sofrida pelas mulheres dentro da profissão e destaca que a privação econômica das mulheres, a hierarquia socioeconômica e as ideologias de gênero são algumas formas de atraso do ingresso pleno do público feminino na profissão contábil.

Dessa forma, decolonizar a contabilidade e o gênero envolvem desafiar e transformar as estruturas, práticas e sistemas de pensamento que foram historicamente influenciados pela colonização e que continuam a perpetuar desigualdades e marginalização. Portanto, argumentamos que algumas maneiras de abordar esse processo

seriam reexaminar os fundamentos da contabilidade, que inclui questionar as teorias, conceitos e práticas contábeis que refletem uma visão de mundo eurocêntrica e colonialista. Para isso, é necessário considerar outras perspectivas sobre a contabilidade e reconhecer a diversidade de sistemas de conhecimento contábil existentes em diferentes culturas.

Outra forma de abordagem é promover a diversidade e inclusão, através da criação de espaços inclusivos e equitativos na profissão contábil, garantindo a representação e participação de grupos historicamente marginalizados, como mulheres, pessoas de cor e povos indígenas, isso pode ser alcançado por meio de políticas de recrutamento, desenvolvimento de talentos e promoção da diversidade nas lideranças e tomadas de decisão.

Além disso, também é necessário haver a desconstrução de hierarquias e poderes coloniais, pois é preciso questionar e dismantelar as estruturas de poder e hierarquias que privilegiam certos grupos em detrimento de outros. Isso envolve enfrentar o racismo, o sexismo, o elitismo e outras formas de discriminação presentes na contabilidade e nas instituições financeiras.

E, por fim, deve haver a revisão dos currículos contábeis educacionais. As instituições de ensino de contabilidade devem revisar seus currículos e práticas educacionais para garantir que reflitam uma variedade de perspectivas e abordagens contábeis, incluindo aquelas que desafiam o status quo colonial. Isso ajudará a preparar profissionais contábeis para trabalhar de forma mais inclusiva e sensível às questões sociais e culturais

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo, exploramos a interseção entre gênero e contabilidade sob uma perspectiva decolonial, investigando os desafios enfrentados para dismantelar estruturas de poder e normas de gênero preestabelecidas. Na introdução ao tema, destacamos a escassez de pesquisas brasileiras sobre decolonialismo na contabilidade,

ressaltando a importância de reconhecer e entender os impactos do colonialismo, imperialismo e neocolonialismo nesse contexto.

A partir dos resultados das pesquisas bibliográficas, identificamos a resistência à mudança por parte da comunidade contábil tradicional, assim como os obstáculos históricos enfrentados pelas mulheres na contabilidade, desde o ingresso na profissão até a ascensão aos cargos mais influentes. Além disso, destacamos a necessidade de romper paradigmas e explorar estudos com temáticas mais inclusivas para promover a diversidade e a equidade de gênero na contabilidade.

A contribuição deste estudo reside na exposição desses desafios e na proposição de abordagens para decolonizar a contabilidade e o gênero. Propomos reexaminar os fundamentos da contabilidade, promover a diversidade e inclusão, desconstruir hierarquias e poderes coloniais, e revisar os currículos contábeis educacionais como formas de transformar as estruturas e práticas contábeis.

No entanto, é importante reconhecer os limites deste estudo, que se concentrou principalmente em uma análise bibliográfica e não abordou todas as nuances e complexidades do tema. Ademais, as reflexões apresentadas são baseadas em contextos específicos e podem não se aplicar universalmente.

Diante disso, sugerimos a possibilidade de novos estudos que aprofundem questões específicas relacionadas à interseção entre gênero e contabilidade decolonial, explorando diferentes perspectivas e metodologias de pesquisa. Esses estudos poderiam investigar, por exemplo, o impacto das políticas de inclusão na contabilidade, as experiências de profissionais contábeis marginalizados e as práticas contábeis alternativas em diferentes contextos culturais.

Em suma, este estudo nos leva a refletir sobre a necessidade urgente de transformar as estruturas e práticas contábeis para torná-las mais inclusivas, equitativas e sensíveis às questões sociais e culturais. Ao enfrentar os desafios da decolonização do gênero na contabilidade, estamos dando passos importantes em direção a uma profissão mais justa e igualitária para todos.

REFERÊNCIAS

- Aguiar, G. S. de & Siqueira, M. V. S. (2007). Diversidade no Trabalho: os desafios em ser mulher em uma organização financeira. Anais do Encontro da Associação Nacional de Pós Graduação em Administração – ANPAD, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 31.
- BONIATTI, A. O.; VELHO, A. S.; PEREIRA, A.; PEREIRA, B. B.; OLIVEIRA, S. M. A evolução da mulher no mercado contábil. Revista Gestão e Desenvolvimento em Contexto. v. 2, n. 01, p. 19-27, 2014. Disponível em: <https://revistaeletronica.unicruz.edu.br/index.php/gedecon/article/view/125/67>.
- Broadbent, J. e Kirkham, L. (2008). “Tetos de vidro, penhascos de vidro ou novos mundos?: Revisitando gênero e contabilidade”. Diário de Contabilidade, Auditoria e Prestação de Contas, Vol. 21 No. 4, pp. 465-473.
- Burrell, G. (1987). No Accounting for Sexuality. Accounting, Organizations and Society, 12(1), 89-101.
- Canezin, C. C. (2004). A mulher e o casamento: da submissão à emancipação. Revista Jurídica Cesumar-Mestrado, 4(1), 143-156.
- Capelle, M. C. A., Silva, Á. L., Boas, L. H. D. B. V., & de Brito, M. J. (2002). Representações das relações de gênero no espaço organizacional público. Revista de Administração Pública, 36(2), 253-a.
- Carneiro, Luziberto Barrozo. (2018). Teto de vidro: um estudo sobre os fatores deste fenômeno no Brasil sob a percepção das mulheres gestoras. Dissertação de Mestrado.
- Casa Nova, S. P. C. (2014). Contabilidade das mulheres na universidade brasileira: lucros e perdas, ingresso e permanência. Tese de Livre-Docência, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Casa Nova, S. P. de C. (2022). "RIDIN' DOWN THE HIGHWAY" - Reflexões sobre as trajetórias de professoras mulheres na academia. Advances in Scientific and Applied Accounting, 15(2), 30-46.
- Ciancanelli, P. (1992). M[othering] view on: the construction of gender: some insights from feminist psychology. Accounting, Auditing & Accountability Journal, 5(3), 133-136.

De Sousa, A. S., de Oliveira, G. S., & Alves, L. H. (2021). A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. *Cadernos da FUCAMP*, 20(43).

Engels, Friedrich. (2010). A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. (Edição revista). São Paulo: Boitempo. (Mundo do trabalho: Coleção Marx-Engels).

Feliciano, R. (2018). Os novos desafios das mulheres no mundo contábil. *Revista Brasileira de Contabilidade*, n. 234, p. 6-9. Disponível em: <http://rbc.cfc.org.br/index.php/rbc/article/view/1783>. Acesso em: 25 out. 2020.

Haynes, K. (2008). “Movendo a agenda de gênero ou mexendo as entranhas da galinha?: Qual o próximo passo para metodologias feministas em contabilidade?”. *Diário de Contabilidade, Auditoria e Prestação de Contas*, Vol. 21 No. 4.

Hopwood, A. (1987). Accounting and Gender: An Introduction. *Accounting, Organizations and Society*, 12(1), 65-69.

Kirkham, L. (1997). “Através do espelho: vendo o assédio sexual dentro da profissão contábil”. *Perspectivas Críticas em Contabilidade*, Vol. 8 No. 3.

Kobayashi, Juliana Harumi Sedrani. (2023). Progressão de Carreira e Definição de Sucesso de Mulheres na Contabilidade. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) - Universidade Federal de São Paulo, Escola Paulista de Política, Economia e Negócios, Osasco.

Lehman, C. R. (2012). We've come a long way! Maybe! Re-imagining gender and accounting. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 25(2), 256-294.

Lima, M. S. de, Soares, B. G. O., Bacaltchuk, J. (2000). Psiquiatria baseada em evidências. *Rev Bras Psiquiatr*, 22(3), 142-146.

Linhares, M. Y. L. (2008). Descolonização e lutas de libertação nacional. In: REIS FILHO, Daniel A.; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (Org.). *O século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Luca, M. M. M. D., Gomes, C. A. S., Corrêa, D. M. M. C., & Domingos, S. R. M. (2011). Participação feminina na produção científica em contabilidade publicada nos anais dos eventos Enanpad, Congresso USP de Controladoria e Contabilidade e Congresso Anpcont. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 5(11), 145-164. DOI: 10.11606/rco.v5i11.34790. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rco/article/view/34790>. Acesso em: 10 jan. 2024.

Marcelino, C. V., & Suzart, J. A. da S. (2009). O papel das informações contábeis no processo decisório das indústrias situadas na Região Metropolitana de Salvador. Anais do Congresso Brasileiro de Custos - ABC. Disponível em: <https://anaiscbc.abcustos.org.br/anais/article/view/1090>. Acesso em: 15 jan. 2024.

Martins, Pablo Luiz et al. (2015). Responsabilidade Social Aplicada Na Contabilidade. Rio de Janeiro: Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia.

McLeod, J. (2000). Beginning Postcolonialism. Manchester University Press.

Merlo, Roberto & Pertuzatti, Elizandra. (2005). Cidadania e responsabilidade social do contador como agente da conscientização tributária das empresas e da sociedade. Chapecó, SC.

Meyerson, D. E. & Fletcher, J. K. (2000). A Modest Manifest for Shattering the Glass Ceiling. Harvard Business Review, 78(1), 127-136.

Negrão, L. N. (2008). Pluralismo e multiplicidades religiosas no Brasil contemporâneo. Sociedade e Estado, 23, 261-279.

Nganga, C. S. N. (2019). Abrindo Caminhos: a construção das identidades docentes de mulheres pelas trilhas, pontes e muros da pós-graduação em contabilidade. São Paulo.

Passos, Quismara Corrêa dos. (2010). A importância da contabilidade no processo de tomada de decisão nas empresas.

Perdono, C. A., & Souza, T. A. F. (2021). Teoria feminista e as estadunidenses na Segunda Guerra Mundial. Tensões Mundiais, 17(33), 63-84. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/4600>. Acesso em: 17 jan. 2024.

Sauerbronn, Fernanda Filgueiras; Ayres, Rosângela Mesquita; Lourenço, Rosenerly Loureiro. (2017). Perspectivas pós-coloniais e decoloniais: Uma proposta de agenda de pesquisa em contabilidade no Brasil. Custos e@ gronegócios online, 13(3), 120-148.

Scott, J. W. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, 20(2), 71-99.

Silva, Sandra Maria Cerqueira da. (2016). Tetos de vitrais: gênero e raça na contabilidade no Brasil. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) - Faculdade de

Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo. DOI: 10.11606/T.12.2016.tde-03082016-111152. Acesso em: 2024-02-05.

Steil, A. V. (1997). Organizações, gênero e posição hierárquica - compreendendo o fenômeno do teto de vidro. *Revista de Administração*, 32(3), 62-69.

Souza, M. E. L. de, Moraes, M. I. de, Servilha, G. O. A., Rocha, M. A., & Santos, J. S. dos. (2021). Mulheres na contabilidade: representação nas empresas de serviços contábeis em Tangará da.

Vaz, D. V. (2013). O Teto de Vidro nas Organizações Públicas: Evidências para o Brasil. *Economia e Sociedade*, 49(3), 765-790.

Walker, M. (2010). Accounting for Varieties of Capitalism: The case against a single set of global accounting standards. *The British Accounting Review*, 42(3), 137-152.

Walker, S. (2008). “Histórias contábeis de mulheres: além da recuperação?”. *Auditoria Contabil & Diário de Responsabilidade*, Vol. 21 No. 4.

Zabotti, Evellyn Danielly et al. (2017). Gênero e Contabilidade no Brasil: Qual é o saldo dessa conta?.